

## **As lutas étnico-classistas na América Latina do século XXI: apontamentos sobre Equador e Bolívia**

Leandro Galastri\*

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Campus de Marília. Brasil

**Resumo:** este texto faz uma reflexão sobre o entrelaçamento entre as questões de raça e classes sociais na América Latina, tratando especificamente, ainda que de maneira preliminar, da história recente de Bolívia e Equador. Como pano de fundo teórico e metodológico, apresentamos conceitos de José Carlos Mariátegui lidos pela lente do sociólogo peruano Aníbal Quijano (1928-2018), expediente que consideramos útil para a compreensão das tensões sociais presentes não apenas nas sociedades dos países aqui tratados, mas também na América Latina como um todo.

**Palavras-chave:** classes sociais; questão indígena; Equador; Bolívia; Mariátegui.

### **Introdução**

No continente americano, no conjunto de suas sociedades pluriétnicas, não é possível criticar com alguma profundidade o fenômeno social do racismo sem associar sua renitência à questão dos antagonismos das classes sociais. Na América Latina, o marxista peruano José Carlos Mariátegui foi, de longe, quem mais tratou de tal associação em suas últimas consequências. São bem conhecidos os textos nos quais ele aprofunda essas reflexões, embora tenha se ocupado centralmente das questões indígenas, dos povos autóctones das Américas.<sup>1</sup> Mariátegui demonstra como a penúria material e cultural das populações herdeiras do império incaico se deve diretamente ao regime de propriedade da terra e como o racismo colonial e *criollo* foi e continuou sendo utilizado para perpetuar os regimes de escravidão e servidão impostos aos indígenas, camponeses em sua grande maioria.

Para Mariátegui, apenas a liquidação do que ele chama de "feudalidad" poderia assentar as bases econômicas, sociais e políticas para a resolução do "problema das raças e da terra". A colonização da América Latina significou o retrocesso, o morticínio e a dispersão, em diversas tribos agrícolas, de povos como o Quéchuas, Aymara e Azteca. Para Mariátegui, o preconceito da inferioridade das raças indígenas justificou, para o colonizador branco, a máxima exploração da força de trabalho dos povos autóctones, quando não a simples eliminação física: "Boa parte de nossos burgueses e *gamonales* sustenta calorosamente a tese da inferioridade do índio. O problema indígena é, em seu juízo, um problema étnico cuja solução depende do cruzamento da raça indígena com raças superiores estrangeiras"

---

\* Professor Livre-docente em Ciência Política da Unesp/Marília. E-mail: leandro.galastri@unesp.br

<sup>1</sup> Principalmente nos ensaios segundo ("O problema do índio") e terceiro ("O problema da terra") de sua obra-prima "Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana" (MARIÁTEGUI, 2010, pp. 53-114) e em "El problema de las razas en la América Latina" (MARIÁTEGUI, 1974, pp. 21-86). Uma interessante análise sobre as contradições e avanços da reflexão mariateguiana a respeito da questão negra pode ser lida em Forgues (2020, pp.199-218).

(Mariátegui, 1974, p. 29), uma tese que Mariátegui não considera sequer digna de debate.<sup>2</sup>

Para o imperialismo norte-americano ou inglês, as terras indoamericanas teriam um valor econômico muito menor se a força de trabalho contida nelas não fosse explorada em regime de semi-servidão ou precário assalariamento rural (Mariátegui, 1974, p. 26). A condição para que a indústria açucareira peruana no início do século XX, por exemplo, pudesse concorrer com a de outros países detentores de técnicas mais avançadas, bem como a compensação para os elevados fretes para sua exportação, eram garantidos justamente pelo baixíssimo valor da mão-de-obra autóctone.

O racismo *criollo* aparece como elemento central das relações de dominação e exploração das classes camponesas. Funciona como obstáculo para a construção de uma verdadeira “questão nacional”, de luta por autonomia em relação aos países de capitalismo central, nos países americanos com grande proporção de população indígena, o que Mariátegui considera ser um problema também presente nos continentes asiático e africano. Assim, nesses países, o racismo das burguesias e aristocracias fundiárias locais “contra os índios, tanto contra os negros e mulatos”, está no mesmo nível do desprezo que os imperialistas estrangeiros brancos sentem por essas populações: “o sentimento racial atua nessa classe dominante em um sentido absolutamente favorável à penetração imperialista” (Mariátegui, 1974, p. 27). Um sentimento, segundo o pensador peruano, que se estende também a grande parte das classes médias, que imitariam a aristocracia e a burguesia em seu desdém pela “plebe de cor”, a despeito de sua própria e característica mestiçagem.

Mas Mariátegui refuta o perigo reacionário de reivindicar um retorno *tout court* ao passado das etnias do império incaico e suas relações políticas, ou qualquer “fé messiânica” na restauração das sociedades locais pretéritas. Para ele, apenas transformações nas condições econômicas e sociais contemporâneas (principalmente o regime de propriedade da terra) poderiam fazer com que a massa indígena se elevasse material e intelectualmente. É nessas mudanças que estariam as possibilidades reais da ideia de emancipação nacional, ou “o dinamismo de uma economia e uma cultura que tragam consigo o gérmen do socialismo” (Mariátegui, 1974, p. 31).

Importante lembrar que Mariátegui destaca a coincidência entre as reivindicações indígenas e as causas populares em geral nos países com grande participação demográfica das populações autóctones:

Em países como o Peru, a Bolívia e [...] o Equador, onde a maior parte da população é indígena, a reivindicação do índio é a reivindicação social e popular dominante. Nesses países, o fator raça se entrelaça com o fator classe de uma maneira que uma política revolucionária não pode deixar de levar em conta. O índio quéchua ou aimará vê seu opressor [...] no branco (Mariátegui, 1974, p. 32).

---

<sup>2</sup> Quijano (2014, p.770) problematiza os usos que Mariátegui faz das categorias “raça” e “etnia”, apontando tanto a originalidade do marxista peruano no uso do segundo termo em intercâmbio com o primeiro quanto, ao mesmo tempo, certa ambiguidade em tal utilização.

Nessas sociedades, a estabilidade das relações de força repousaria sobre a aliança entre o latifúndio “feudal” e a burguesia mercantil. O primeiro seria o inimigo a ser abatido primeiro, o que deixaria sem forças a segunda. Além disso, é justamente a aristocracia fundiária o pilar das relações de exploração e opressão da massa indígena e camponesa. Assim, para o marxista peruano, uma política socialista realista, que saiba atuar sobre as características concretas dessas formações sociais, tem a obrigação de converter o fator raça em elemento revolucionário.

Para o sociólogo peruano Aníbal Quijano (1999), a ideia de “raça” é o mais eficaz instrumento de dominação social inventado nos últimos 500 anos. A posição de centro hegemônico do nascente capitalismo mundial permitiu aos europeus, em particular ocidentais, impor a ideia de raça na base da divisão mundial do trabalho e do intercâmbio entre as regiões, bem como na “classificação social e geocultural da população mundial” (Quijano, 1999, p. 12). Permitiu, ainda, à Europa manter plena hegemonia na elaboração intelectual deste processo histórico e mitificar seu próprio papel nele:

A modernidade, como padrão de experiência social, material e subjetivo, era a expressão da experiência global do novo poder mundial. [...] Sua racionalidade foi produto da elaboração europeia, [...] foi a expressão da perspectiva eurocêntrica do conjunto da experiência do mundo colonial/moderno do capitalismo (Quijano, 1999, p. 13).

A questão da “raça” e o conseqüente fenômeno do racismo são o pilar da permanência e reprodução, na América Latina, do que Quijano classifica de “colonialidade do poder”, que seria “um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista” (Quijano, 2009, p. 73). Trata-se da imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como articulação desse padrão de poder, classificação que atua em cada uma das dimensões da existência social, originando-se e mundializando-se a partir da colonização da América. Para Quijano, a percepção das relações econômicas de poder no Peru presente nos “Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana”, bem como as implicações do que Mariátegui apresentava como o “fator raça”, são indispensáveis para desenvolver contemporaneamente essas questões (Quijano, 2014, p. 769).

Quijano enxerga no marxismo de Mariátegui uma proposta de “racionalidade alternativa”, em oposição à “racionalidade eurocêntrica” que impediria reconhecer a heterogeneidade histórica, cultural e subjetiva desenvolvida na América Latina desde a conquista espanhola (Quijano, 1995). Assim, Mariátegui assume a tarefa de elaborar uma proposta autônoma frente ao cientificismo evolucionista da socialdemocracia herdeira da Segunda Internacional, bem como diante da opção bolchevique marxista-leninista da década de 1920: “Mariátegui procura constituir na América Latina o que Sorel havia feito na França: um pensamento filosófico político vinculado à herança intelectual de Marx, que parte dela, mas mantém sua autonomia intelectual” (Quijano, 1995, p. 41).

Mas também com respeito ao próprio Sorel Mariátegui guarda sua independência teórica, partindo das condições concretas e das relações sociais de força em presença no Peru de sua época. Ele assume o filósofo francês mais como uma referência para o sentido de sua própria reflexão e para a elaboração de uma proposta própria, que se apoiaria em algumas proposições sorelianas. Quijano sustenta que tal proposta não é sistematicamente exposta em nenhum de seus textos, mas suas ideias matrizes, as de uma racionalidade alternativa àquela do Ocidente, se delineiam seguindo o ritmo de seu pensamento, o movimento de suas indagações (Quijano, 1995, p. 42).

Tal racionalidade alternativa provém, antes de tudo, de Marx. Contém os pressupostos de que o conhecimento é um produto histórico-social, ou seja, sempre referido a um universo intersubjetivo historicamente constituído, sendo parte de um complexo no qual ação e transformação estão associadas. As propostas teóricas de Marx sobre a sociedade e o poder são assumidas como orientação central de suas indagações gerais. Por meio delas, no entanto, desvela a originalidade da formação histórica da América Latina, a qual não é possível compreender apenas com base na experiência europeia.

Para Quijano (1995, p. 44), a tensão subjetiva individual que Mariátegui considerava necessária para participar na luta revolucionária, para o envolvimento nos intentos de transformação da sociedade, é o elemento que dirige sua atenção para as ideias de Sorel, bem como para o "neohegelianismo liberal" de Croce e Gobetti para, num movimento semelhante ao do Gramsci dos Cadernos do Cárcere, proceder a uma assimilação crítica dessas matrizes filosóficas com base na estrutura dialética do pensamento de Marx.

Sugiro, por isso, que o mais característico em Mariátegui é, precisamente, o projeto de elaborar uma racionalidade integradora dessas fontes heterogêneas. E isso não diz respeito apenas à sua liberdade em relação a suas fontes intelectuais. São tão ou mais importantes os elementos vivenciais e intelectuais que provém da própria experiência histórica, material e subjetiva, que correm pelas veias profundas da experiência latino-americana, que não apenas convergem para o mesmo canal das fontes intelectuais anteriores, mas que as modulam, em determinado sentido as transformam na constituição dessa racionalidade alternativa" (Quijano, 1995, p. 45)

É esse esforço de integração de suas fontes intelectuais e experiências de vida em uma "racionalidade alternativa" que faz possível rejeitar qualquer acusação de ecletismo em Mariátegui. Trata-se, antes, de um modo de elaboração da realidade a partir do centro de sua historicidade. Esta não se desenvolve na América Latina ao longo de uma linha homogênea e linear do tempo, mas é um processo constituído por elementos históricos heterogêneos e que não podem ser apreendidos de outra forma. No Peru, e na América Latina, se trata então da questão de "como incorporar às ideias da revolução socialista um sentido dotado da mesma força mobilizadora para uma população com universos subjetivos heterogêneos e até conflitivos" (Quijano, 1995, p. 46). Aqui, o problema "racial" e/ou "étnico" é questão axial da heterogeneidade cultural, de modos e de fontes de produção de sentidos e formas de vida material e simbólica.

## Algumas questões sobre as lutas contemporâneas na América Latina

Embora os pertencimentos étnicos na América Latina tenham se tornado demograficamente menos homogêneos se levarmos em consideração o início do século XX, ser pobre, subalterno, despossuído ou explorado nessa região do mundo significa, ainda, ser não-branco. E vice-versa. A América indígena, ou “Indoamérica”, ainda se enfrenta com muitas das contradições desveladas e combatidas por Mariátegui na década de 1920. O levante zapatista no sul do México em 1994 foi o último grande exemplo do século passado, cujo crepúsculo foi caracterizado pelas agruras sociais aprofundadas pela ascensão do neoliberalismo.

Na aurora do século XXI a América do Sul testemunhou a chegada ao poder de governantes, partidos e propostas políticas que se reivindicavam francamente contrárias ao neoliberalismo vigente, que se colocavam à esquerda desse regime político-econômico vigente na região desde a década de 1990. A dita “onda progressista” durou, mais ou menos, até meados da segunda década, quando assédios direitistas em série e movimentos abertamente golpistas foram minando, uma a uma, aquelas experiências.<sup>3</sup> Honduras, Paraguai, Equador, Argentina, Uruguai, Brasil e Bolívia sofreram rodopios à direita que recolocaram essas sociedades nos trilhos do ultraliberalismo econômico e, em alguns casos, do conservadorismo social de laivos neofascistas.

Recentemente, um kirchnerismo enfraquecido pela vulnerabilidade econômica retornou ao poder na Argentina em 2019 e, em plena pandemia da COVID-19, o MAS (Movimento ao Socialismo) venceu novamente as eleições presidenciais na Bolívia, aproximadamente um ano após o golpe militar que havia derrubado Evo Morales<sup>4</sup>. O governo chavista venezuelano, por sua vez, resiste ainda a tentativas cotidianas de golpe patrocinadas pelo governo dos Estados Unidos, pelas elites locais e, mais comumente, pela associação dos dois.

Em meio a essa conturbada história política recente, movimentos populares se destacaram pelo protagonismo nas lutas de classes intimamente associadas a questões étnicas em seus países. Nesse texto, pretendo apresentar brevemente as características de dois deles, os movimentos indígenas-camponeses de Equador e Bolívia.

### Equador

---

<sup>3</sup> Vários sinais indicam que sucessivos governos dos Estados Unidos atuaram, direta ou indiretamente, na desestabilização desses regimes, fomentando a insurreição civil das elites e classes médias por meio da chamada “guerra híbrida”, uma combinação de métodos de guerra não convencionais para agitar setores mais conservadores de uma população, com o uso de grupos armados paramilitares - ou milícias, e da “lawfare”, prática de perseguição jurídico-política sistemática justificada pelo pretexto, ideologicamente incontestável, do “combate à corrupção”. Sobre a guerra híbrida, ver a reportagem do diário eletrônico independente NSNBC (2012): “US-Military Logic behind Syrian Insurgency. The ‘Special Forces Unconventional Warfare’ manual TC 18 01” (<https://nsnbc.wordpress.com/2012/02/15/us-military-logic-behind-syrian-insurgency-the-special-forces-unconventional-warfare-manual-tc-18-01/>); o próprio documento das forças armadas estadunidenses (DEPARTMENT...2010): “Special Forces-Unconventional Warfare”, em <https://nsnbc.files.wordpress.com/2011/10/special-forces-uw-tc-18-01.pdf>; e ainda KORYBKO (2018). Sobre a “lawfare”, uma rápida e objetiva abordagem é oferecida por MASCARO (2020) em <https://aterraeredonda.com.br/lawfare-uma-introducao/>.

<sup>4</sup> Um impressionante relato da violência sofrida pelos parlamentares do MAS durante o golpe de Estado de 2019 é feito pela cientista política e ex-senadora do partido, Adriana Salvatierra, na entrevista “La discriminación y el racismo se convirtieron en voluntad de Estado”, em <https://www.telesurtv.net/opinion/La-discriminacion-y-el-racismo-se-convirtieron-en-voluntad-de-Estado-20200812-0039.html>. (SALVATIERRA, 2020).

A história recente do movimento indígena no Equador tem um precedente importante em 1944, quando é fundada a Federação Equatoriana de Índios (FEI). Nela foram articuladas reivindicações de classe, como acesso camponês à terra, com demandas étnicas centradas na cultura quíchua. Em 1986, a história da luta indígena no país conheceu novo momento marcante com a fundação da Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador – Conaie (Klachko; Arkonada, 2017, p. 179).

A Conaie nasceu e se desenvolveu em contexto de aprofundamento das políticas neoliberais, na virada das décadas de 1980 e 1990, agregando movimentos indígenas de todo o país (regiões costeira, andina e amazônica). A organização surgia, assim, a partir da estruturação de diferentes organizações indígenas regionais, congregando a maior parte das organizações indígenas do país e seus diferentes grupos étnicos. Em maio de 1990, promoveu um levante abrangente, no qual milhares de índios protestaram contra suas condições sociais de vida, inaugurando nova etapa na atuação política das organizações indígenas. Constava do programa de reivindicações do movimento, além da denúncia do caráter opressivo e excludente do sistema econômico em vigor, a fundação de um “Estado Plurinacional” em oposição ao modelo uninacional (Sousa; Ferraz, 2016, p. 78).

Várias manifestações e iniciativas políticas foram lideradas pelo movimento indígena sob a coordenação da Conaie ao longo de década de 1990, como “La marcha por la Vida” e a campanha dos “500 Años de Resistência Indígena y Popular”, em 1992; “La Movilización por La Tierra”, em 1994; participação na campanha eleitoral em 1996; “Jornadas de Lucha”, em 1997 e 1999, além, finalmente, dos “Levantes” de 2000 (Sousa; Ferraz, 2016, p. 78). Tais movimentos apresentavam reivindicações que contemplavam toda a sociedade equatoriana e marcaram a ascensão do movimento indígena na cena social do Equador:

Essas manifestações baseavam-se em uma dupla estratégia: por um lado, lutas não institucionalizadas, via ações de massa e de protestos de forma aberta e direta contra o Estado; por outro lado, ações institucionalizadas buscando, por dentro do sistema político, realizar as mudanças que possibilitassem, na visão de parte da militância, implementar o projeto político do movimento indígena (SOUSA; FERRAZ, 2016, p. 78)

Essa revigorada atuação do movimento indígena equatoriano e tomada de consciência dos povos originários ocorreu por meio da associação da memória histórica através, por exemplo, da focalização da crítica às celebrações dos 500 anos da invasão colonial ocidental e da memória imediata de uma invisibilização crônica das demandas indígenas e das classes populares, severamente castigadas pelas políticas econômicas neoliberais.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Essa intensificação da mobilização camponesa-indígena adquiriu contornos continentais: “Não por acaso ocorre, em 1990, a primeira ‘Marcha pelo Território e pela Dignidade’, na Bolívia, convocada pelos povos indígenas do oriente boliviano ou o levante em armas, em 1º de janeiro de 1994, dos indígenas zapatistas liderados pelo EZLN na selva Lacandona de Chiapas; enquanto, já em 1996, na Bolívia, ocorria a segunda ‘Marcha pelo Território, pelo Desenvolvimento e pela Participação Política dos Povos Indígenas’ (KLACHKO; ARKONADA, 2017, p. 181).

A reivindicação da instituição do Estado Plurinacional permitiu que um debate de décadas pudesse se concretizar em um programa político de demandas ao Estado existente. A ideia incluía modificações estruturais no modelo econômico que viabilizassem um modelo de economia mista, ao mesmo tempo em que denunciava o caráter colonial e excludente da forma política vigente. Encontrava-se aí a chave que permitiu combinar as demandas próprias do movimento indígena e as das classes sociais subalternas. A crescente mobilização nacional convergiu para a formação, nos anos de 1995 e 1996, do Movimento de Unidade Plurinacional Pachakutik Nuevo País (MUPP-NP), que combinou movimentos indígenas e urbanos. No mesmo ano de 1996, o MUPP-NP concorreu às eleições locais e conseguiu importante representação nos municípios e no Congresso Nacional (Klachko; Arkonada, 2017, p. 182).

O "Pachakutik", como ficou conhecido, nasceu como um partido político alternativo, com um programa que assimilava as várias demandas dos diferentes atores sociais envolvidos em seu processo de criação, com pontos que postulavam, por exemplo, oposição ao modelo neoliberal e "a quem o sustenta", aliança política e social antineoliberal, democracia "autenticamente" participativa, interrupção das privatizações, fortalecimento das empresas públicas e cogestão com as comunidades e setores organizados, não pagamento da dívida externa, redistribuição da riqueza e do poder nos níveis social e territorial (Plan..., 2006). Fica clara a afirmação da necessidade da mudança do caráter do Estado centralizado e homogêneo para outro de tipo descentralizado e nacionalmente plural, em que o impulso do funcionamento econômico não seja o lucro, mas uma lógica comunitária tendo o bem-estar como prioridade. Para Sousa e Ferraz (2016, p. 85-86),

apesar de a proposta política do Pachakutik-NP buscar refletir o conjunto das forças sociais que o compunham, percebe-se [...] o predomínio de proposições originais do movimento indígena, cada vez mais compartilhadas por outros sujeitos políticos e servindo de núcleo primordial de um projeto de caráter global do conjunto dos grupos subalternos do país.

A Conaie seguiu sendo, no entanto, a principal referência das organizações populares no choque e/ou interlocução com o Estado, reforçando e consolidando sua legitimidade, aumentando seu reconhecimento como representante do movimento indígena e das classes e grupos sociais subalternos do Equador, e transformando o movimento indígena em "fator real de poder" (Dávalos, 2001, p. 190).

Tanto em seu discurso quanto em suas formas organizativas, o movimento indígena equatoriano sofreu uma série de transformações qualitativas ao longo da década de 1990. Tais transformações foram tomando corpo na sociedade, que acabou por incorporar os indígenas como um poderoso ator social no cenário nacional. Desde os levantes do início da década de 1990 até a criação e participação nas eleições do partido político Pachakutik, o movimento indígena equatoriano agregou à luta pela terra, característica das décadas de 1950 a 1980, a luta pela plurinacionalidade, o que significava questionar a própria estrutura jurídica do Estado (Dávalos, 2001, p. 190).

O ápice desse desenvolvimento de forças ocorreu em janeiro de 2000, quando foi anunciada a dolarização da economia pelo então presidente Jamil Mahuad, medida que fez parte de seu pacote neoliberal do combate à inflação e socorro a bancos privados. No dia 20, os movimentos populares tomaram o Congresso Nacional e a Corte Suprema de Justiça. Milhares de populares, coordenados principalmente pela Conaie, marcharam em direção ao Palácio do Governo e destituíram Mahuad, que fugiu do país. O poder foi ocupado de forma relâmpago por um triunvirato do qual faziam parte o presidente da Conaie e o coronel Lucio Gutierrez. No dia seguinte assumia o vice-presidente Gustavo Noboa. Gutierrez é eleito presidente em 2002.

Os próximos anos continuariam a conhecer grandes mobilizações populares antineoliberais, que culminaram na queda de Gutierrez em 2005. Em 2006, Rafael Correa vence em segundo turno as eleições presidenciais com seu movimento "Aliança País", apoiado pela Conaie, outros movimentos indígenas, setores da esquerda e organizações populares. Correa instala um processo constituinte e aprova em 2008, por referendo popular, a nova Constituição, com numerosos avanços nos direitos sociais e culturais do povo equatoriano. Além disso, promoveu uma auditoria da dívida externa que, entre 2008 e 2011, poupou o equivalente a 7 bilhões de dólares, investidos em políticas sociais e aumento do salário mínimo, o que resultou em uma diminuição geral de 30% nos índices de pobreza desse período (Klachko; Arkonada, 2017, p. 187).

Em 2017, o ex-vice-presidente de Rafael Correa, Lenín Moreno, foi eleito para sucedê-lo pelo partido Aliança País. Rapidamente, porém, Moreno abandonou os princípios da chamada "revolução cidadã" promovida por Correa e passou adotar ortodoxos princípios neoliberais na condução da economia nacional, fazendo com que o país regredisse em relação aos avanços sociais obtidos anteriormente. O governo de Moreno também perseguiu Correa, promovendo uma investigação que o condenou, sumariamente, a oito anos de prisão por "corrupção". O ex-presidente vive, hoje, exilado na Bélgica. No momento em que este texto é escrito, o Equador aguarda pela definição, por meio de recontagem de votos, do candidato que disputará o segundo turno das eleições de 2021 com o líder candidato correísta, o economista Andrés Arauz.<sup>6</sup>

## **Bolívia**

A estrutura econômica da Bolívia, da qual tiveram de partir as ações recentes do do governo popular de Evo Morales, tem as seguintes características:

- 1) Uma economia de base natural, pouco integrada ao mercado, camponesa e com fortes traços comunitários, incluindo cerca de 40% da população; 2) uma economia de base familiar, forte em áreas urbanas, ligada ao mercado, abarcando cerca de 35% da população; 3) uma economia de base mercantil, calcada em tecnologias mais sofisticadas e contando com mais divisão do trabalho, dela formando parte as indústrias mineira e petrolífera, abarcando 25% da população (Guimarães; Domingues; Maneiro, 2009, p. 15).

---

<sup>6</sup> Como sabemos, o eleitorado equatoriano acabou por convergir, um tanto enigmaticamente, à direita, elegendo o ex-banqueiro conservador Guillermo Lasso, em 11 de abril.

Na Bolívia, o neoliberalismo chegou oficialmente em 1985, com o presidente Víctor Paz Estenssoro, que aplicou as notórias políticas de privatização de empresas públicas (nesse caso específico, concessões às empresas estrangeiras, as “capitalizações”) justificadas pela suposta ineficiência dos serviços e empresas estatais (ineficientes em vários casos, pois permanentemente sucateadas pelos próprios governos). A “abertura econômica” foi feita entregando-se o controle da economia ao capital transnacional. As consequências sobre a sociedade, embora, como lembram Klachko e Arkonada (2017, p.105), “não sejam patrimônio (exclusivo) dos governos neoliberais”, foram trágicas: “apenas o departamento de La Paz continha, em 2002, 50,9% de pobres”.

Há antecedentes históricos recentes que são importantes para se considerar a trajetória política e social no país que desembocou na eleição de Evo Morales, em 2005. Entre meados das décadas de 1980 e 1990 atuou no país o Exército Guerrilheiro Túpac Katari (EGTK). Junto à utilização das contribuições teóricas do marxismo e do leninismo clássicos e latino-americanos, o EGTK também se utilizou das experiências organizativas tradicionais dos povos nativos Aymara e Quechua, dos camponeses e dos operários sindicalistas. Essa insurgência armada reivindicava um Estado indígena que retomasse modos de organização sócio-comunitários socialistas e questionava as políticas neoliberais já então em curso no país (Klachko; Arkonada, 2017, p. 105).

O EGTK atuava tanto no âmbito da legalidade institucional quanto fora dela. No primeiro caso, organizava grupos de formação política junto aos trabalhadores mineiros, operários e indígenas, participava em atividades de organizações de trabalhadores, como congressos sindicais e práticas coletivas de resistência ao neoliberalismo, publicação de revistas e livros que articulavam, no estudo teórico, o marxismo e o indigenismo. A dimensão ilegal ou clandestina das atividades centrava-se no treinamento militar para ações de guerrilha, com o objetivo de organizar a sublevação das comunidades indígenas (Linera, 2018, p. 11).<sup>7</sup>

Outro importante antecedente mobilizatório ocorreu em agosto de 1990, quando a país testemunhou a “Marcha Indígena pelo Território e a Dignidade”, que daria visibilidade nacional e relevância política para o movimento indígena. Foi um impulso para que as reivindicações ligadas à diversidade étnica boliviana conseguissem se institucionalizar e alcançar um público de massa, para além dos debates entre intelectuais, políticos e ativistas. A “marcha” evidenciou uma ampliação de movimentações sociais e políticas que tinham, agora, base também em identificações étnicas. Desenvolveu-se uma nova agenda política que incluía as demandas pelo reconhecimento institucional da diversidade étnica, dos diferentes povos indígenas como sujeitos coletivos de direito (e não apenas individuais). Além disso, essa nova demanda se conectava com a reivindicação da propriedade coletiva do território, bem como do uso de seus recursos naturais conforme suas tradições. As coletividades indígenas, dessa forma, reforçaram a luta por sua igualdade econômica, social e política. Assim, os movimentos indígenas

---

<sup>7</sup> Diversos dirigentes do EGTK foram presos em 1992 e passaram vários anos na cadeia, entre eles o ex-vice-presidente boliviano Álvaro García Linera.

acrescentavam a questão da etnicidade às suas lutas, sem negar, por sua vez, sua condição simultânea de classe camponesa (Guimarães, 2009, pp. 89-91).

Finalmente, dois momentos centrais de luta de classes na Bolívia marcaram esse processo de inflexão da sociedade boliviana para o protagonismo dos movimentos indígenas populares na política nacional. O primeiro, a “Guerra da Água” de 2000, em Cochabamba, se caracterizou por uma intensa mobilização popular contra os planos de privatização dos serviços de abastecimento e irrigação pelo presidente Hugo Banzer, em benefício da empresa estadunidense Bechtel. Houve massivas lutas sociais e confrontos com as forças de segurança, sendo os camponeses o pilar central da resistência. O governo foi derrotado e retirou a concessão. Um dos principais efeitos da vitória popular, nesse caso, foi a organização política que se consolidou entre os populares: “um dos saltos qualitativos (...) é a constituição de uma instância de organização unificada, que respeita e responde às assembleias populares” (Klachko; Arkonada, 2017, p. 106).

O segundo desses momentos foi a chamada “Guerra do gás”, em 2003. Foi um ciclo de confrontação popular contra a privatização dos hidrocarbonetos do país para a empresa australiana Pacific LNG, que exploraria e exportaria o gás pelo porto chileno de Tarija. Formaram-se jornadas insurrecionais indígenas e populares nos meses de setembro e outubro, concentradas nas cidades de El Alto e La Paz. Nessa insurreição popular desempenharam papel central as organizações de bairros, as “juntas vicinais”, as organizações sindicais e indígena-camponesas. As forças repressivas enviadas pelo presidente Sanchez de Lozada deixaram 75 mortos nas fileiras populares. Para enfrentar a repressão, trincheiras foram construídas no meio das ruas, mantidas pelo alto grau de organização popular. Em 17 de outubro, o presidente renunciou e fugiu para os Estados Unidos (Klachko; Arkonada, 2017, p. 109).

Dessa forma e com esse histórico acumulado das lutas recentes, se formou na Bolívia um novo sujeito político plural que é composto, em seu “núcleo duro”, pelo movimento indígena e camponês, que resolve e supera a “falsa dicotomia entre classe e identidade”. Nessa perspectiva metodológica (mas, na vida real, fundamentalmente política), a luta de classes atravessa os conflitos bolivianos e se entrelaça com as reivindicações dos povos originários, fundindo a luta pela terra com aquela pelo reconhecimento de suas culturas e tradições e desembocando em uma estratégia popular de luta de libertação nacional (Klachko; Arkonada, 2017, p. 161). É por esse caminho que o líder camponês do movimento cocalero e representante do partido Movimento ao Socialismo – Instrumento Político para a Soberania dos Povos (MAS\_IPSP) chega ao poder na Bolívia em 2005.

Há um processo de transformação em curso na Bolívia iniciado, portanto, em 2000, com a luta dos setores populares contra a privatização da água, que passou pelo acúmulo de forças desses setores e a vitória eleitoral de Evo Morales e do MAS (Movimento ao Socialismo). A partir daí, iniciou-se o que Linera (2019) chamou de uma relação “tensa e criativa” entre o Estado e as reivindicações dos movimentos populares, no sentido de se tentar avançar na “unidade plurinacional e popular boliviana”. Trata-se de constatar que, nesse período, houve a formação de um bloco popular notadamente indígena, camponês e operário. Faz parte do projeto de construção da hegemonia desse bloco na Bolívia mover-se em direção ao que se

chama de "socialismo comunitário do bem-viver". A base desse projeto encontra-se, num primeiro momento, no processo de industrialização e nacionalização das indústrias dos setores estratégicos do país e a soberania de seus recursos energéticos.

Linera (2019, p. 17) enfatiza o que considera ser "a consolidação de uma estrutura estatal plurinacional, autônoma", cujas solidez e estabilidade se encontrariam "na unidade do povo boliviano e suas organizações indígenas-camponesas, operárias, comunitárias e populares". Em geral, a estratégia aparece como a construção de uma identidade indígena-camponesa na Bolívia, em que a condição "indígena" raramente se separa da condição "camponesa" e que o qualificativo étnico com frequência aparece primeiro. Isso significa que, para falarmos de qualquer vontade "nacional-popular" no país, tanto uma condição – "nacional" – quanto a outra – "popular" – estão atreladas à condição indígena. Em seus próprios termos, é uma proposta plurinacional descolonizadora, que constrói "uma única nação estatal, na qual convivam múltiplas nações culturais e povos (Linera, 2019, p. 19, grifos do autor).

Na dimensão da política institucional, a opção é formada por variadas formas plurais de democracia, que incluem as práticas de democracia representativa, direta e comunitária, além da descentralização do poder pela prática da desconcentração territorial e das autonomias regionais. Assim, o Estado plurinacional, a autonomia, a industrialização dos recursos naturais e uma economia plural formariam os pilares da "Revolução Democrática e Cultural" na Bolívia (Linera, 2019, p. 20). Por fim, o governo de Evo Morales se denomina um "governo de movimentos sociais", em que Linera enumera setores sociais que constituem uma espécie de vanguarda sem hierarquia – mas nessa ordem – da nova relação de forças na Bolívia: indígenas, camponeses, trabalhadores, operários, comunidades e estudantes (Linera, 2019, p. 59).

Essa experiência de governo popular na Bolívia sofreu uma interrupção de aproximadamente um ano, entre o golpe civil militar que depôs o presidente Evo Morales em novembro de 2019, utilizando extrema violência contra os políticos e partidários do MAS e a população mais pobre do país, e a vitória e posse do candidato do partido Luís Arce, ex-ministro de Morales, em novembro de 2020. O país agora procura retomar os trilhos do desenvolvimento político e social que caracterizou a primeira gestão do MAS, numa situação agravada pela pandemia de COVID 19.

### **Considerações provisórias**

Vimos acima, ainda que em breves traços, como o movimento indígena foi a coluna vertebral de intensos processos de luta étnico-classista em parte importante da Indoamérica andina. São movimentos e organizações populares movidos por suas memórias de lutas ancestrais ou, como diria José Carlos Mariátegui, "elementos de socialismo prático" (2010, p. 69) presentes, sobretudo, em sua relação material e simbólica com seus territórios. O resgate de sua plurinacionalidade, aliás em constante redefinição, articula e constitui os interesses indígenas em um bloco nacional popular de luta e resistência antineoliberal, para o qual o reconhecimento estatal de suas culturas, idiomas, símbolos e tradições

próprias não se separa do embate pelas condições materiais de sua existência e reprodução de suas vidas, como bem demonstraram suas lutas nos últimos 500 e tantos anos. O estudo mais aprofundado e detalhado da evolução das questões étnica e camponesa da América Latina, em chave de resistência ao capital, requer a consolidação do que Antonio Gramsci chamou de uma "historiografia dos subalternos", que dê conta da identificação dialética entre história e política e funcione como instrumento de emancipação progressiva das classes populares indoamericanas.

## Referências

DÁVALOS, Pablo. **YUYARINAKUY**. "Digamos lo que somos, antes que otros nos den diciendo lo que no somos". Quito: Abya Yala, 2001.

DEPARTMENT of the Army. **Special Forces-Unconventional Warfare**, 2010. Em <https://nsnbc.files.wordpress.com/2011/10/special-forces-uw-tc-18-01.pdf>, acessado em 5/06/2020.

FORGUES, Roland. Mariátegui e a questão negra. In: RUBBO, Deni Alfaro; ADOUE, Silvia (Orgs). **Espectros de Mariátegui na América Latina**. Marília: Lutas Anticapital, 2020, pp. 199-218.

GUIMARÃES, Alice S. A emergência das identidades étnicas na Bolívia contemporânea: processos e atores. In: DOMINGUES, José M.; GUIMARÃES, Alice S.; MOTA, Aurea; SILVA, Fabricio P. da (orgs). **A Bolívia no espelho do futuro**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009, pp. 75-104.

GUIMARÃES, Cesar; DOMINGUES, José M.; MANEIRO, Maria. Bolívia: história sem fim. In: DOMINGUES, José M.; GUIMARÃES, Alice S.; MOTA, Aurea; SILVA, Fabricio P. da (orgs). **A Bolívia no espelho do futuro**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009, pp. 13-26.

KLACHKO, Paula; ARKONADA, Katu. **As lutas populares na América Latina e os governos progressistas**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

KORYBKO, Andrew. **Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LINERA, Álvaro G. **O que é uma revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LINERA, Álvaro G. **Tensões criativas da revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Ideología y política**. Lima: Amauta, 1974.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana**. São Paulo: Expressão Popular; CLACSO, 2010.

MASCARO, Alysson L. **Lawfare: uma introdução**, 2020. Em <https://aterraeredonda.com.br/lawfare-uma-introducao/>, acessado em 13/10/2020.

NSNBC. **US-Military Logic behind Syrian Insurgency. The "Special Forces Unconventional Warfare" manual TC 18 01"**, 2012. Em <https://nsnbc.wordpress.com/2012/02/15/us-military-logic-behind-syrian->

[insurgency-the-special-forces-unconventional-warfare-manual-tc-18-01/](#), acessado em 5/06/2020.

PLAN de Gobierno Democrático del Estado Plurinacional, 2006. Em [http://www.llacta.org/organiz/pachakutik/plan\\_de\\_gobierno\\_2006.pdf](http://www.llacta.org/organiz/pachakutik/plan_de_gobierno_2006.pdf), acessado em 25/05/2020.

QUIJANO, Aníbal. El marxismo em Mariátegui: una propuesta de racionalidad alternativa. In: ALCÁZAR, David Sobrevilla (org.). **El marxismo de José Carlos Mariátegui**. Lima: Universidad de Lima; Empresa Editora Amauta S.A., 1995, pp. 39-47.

QUIJANO, Aníbal. ¡Que tal raza! **Ecuador debate**. Quito: Centro Andino de Acción Popular, 1999, pp. 141-152.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009, pp. 73-118.

QUIJANO, Aníbal. **Cuestiones y Horizontes: De la Dependencia Histórico-Estructural a la Colonialidad/Descolonialidad del Poder**. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

RUBBO, Deni Alfaro; ADOUE, Silvia (Orgs). **Espectros de Mariátegui na América Latina**. Marília: Lutas Anticapital, 2020.

SALVATIERRA, Adriana. "La discriminación y el racismo se convirtieron em voluntad de Estado", em <https://www.telesurtv.net/opinion/La-discriminacion-y-el-racismo-se-convirtieron-en-voluntad-de-Estado-20200812-0039.html>, 2020. Acessado em 10/02/2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

SOUSA, Adilson A. de; FERRAZ, Cristiano. Movimento indígena no Equador: do movimento étnico para o movimento étnico-popular. **Novos Temas**, n. 14-15, 2016, pp. 77-93.